

O MASSACRE DE SOWETO NA IMPRENSA BRASILEIRA: DEMOCRACIA RACIAL E APROXIMAÇÕES COM O APARTHEID

Palavras-Chave: IMPRENSA, RACISMO, ÁFRICA DO SUL

Autores(as):

MARINA LUZ DE CARVALHO, IFCH – UNICAMP

Prof^(a). Dr^(a). RAQUEL GOMES, IFCH - UNICAMP

INTRODUÇÃO:

Durante o início do século XX, a ideia do *apartheid* começou a ser desenvolvida, no entanto, se tornou mais cristalizada apenas na década de 1940. Mais do que parte de um projeto segregacionista, essa ideologia representava a formação de um novo sistema moral para legitimar uma reestruturação da sociedade.¹ As eleições de 1948 na África do Sul resultaram na vitória do Partido Nacional, promotor da ideologia do *apartheid*. Uma vez no poder, o regime foi implementado por meio de um processo longo e complexo, que começou a ser instaurado a partir da Lei de Registro da População (1950). A partir disso, o Dr. Hendrik Verwoerd, ministro das Questões Nativas em 1950, implementou as políticas do regime. Em meados de 1956, porém, com uma série de ataques do governo, essa população foi sendo empurrada para regiões como Soweto, no sudoeste da Cidade do Cabo.²

Assim, para garantir essa segregação, o Estado restringiu a educação secundária de negros nas cidades, forçando-os ainda mais para os bantustões. Em meados de 1968, um projeto intitulado “Afrikaans como segunda língua para os Bantu” foi publicado como parte de um projeto maior de dificultar a difusão do inglês, já amplamente utilizado pela população negra³. O uso de um idioma internacional não poderia ser tolerado em um programa de isolamento e segregação dessa população e, por isso, era essencial limitá-los linguisticamente também.

A medida foi amplamente criticada, contando com o apoio de muitos alunos, professores e pais, que defendiam o ensino de inglês. Em março de 1976, já podia ser vista uma organização de alunos, que,

¹ GILIOMEE, Hermann. The Making of the Apartheid Plan, 1929–1948. *Journal of Southern African Studies*, v. 29, n. 2, p. 373-392, 2003. p.375.

² ROSS, Robert. *A Concise History of South Africa*. Cambridge: Cambridge Press, 1999. p.130.

³ NDLOVU, Sifiso Mxolisi. The Soweto Uprising: Part 1: Soweto. In: *ROAD to Democracy in South Africa*. South Africa: Struik Pub, 2007. v. 2, cap. 7. p. 325.

visando uma reação pacífica ao ensino de afrikaans, começaram a fazer greves, protestos e memorandos contra essa medida nos meses seguintes.

Essa juventude de Soweto, articulada com outras organizações militantes, se estruturou, formando um movimento estudantil mais organizado, capaz de planejar uma greve de três dias, que deveria ser iniciada em 16 de junho de 1976, como forma de boicote às aulas.⁴

Na data idealizada, 15.000 estudantes que protestavam caminhando até o Orlando Stadium foram interceptados pela polícia fortemente armada, que abriu fogo contra eles. A primeira vítima foi o mártir de 13 anos, Hector Peterson, uma das figuras mais famosas de Soweto, que se tornou um símbolo do massacre.⁵ Com isso, os estudantes ficaram ainda mais furiosos e intensificaram sua resposta à brutalidade policial. O massacre apenas teve fim às 21h da noite do mesmo dia, após uma reunião da Associação de Pais de Soweto. Ainda assim, novas manifestações eclodiram em diversas cidades pelo país durante o resto do ano.

Pensando na imprensa brasileira nesse momento da história sul-africana, irei traçar um paralelo sobre como os eventos de Soweto foram reproduzidos na mídia do Brasil, levando em consideração o contexto da Ditadura Civil-Militar, censura e uma política voltada para a propagação de ideais de democracia racial.

Assim como na África do Sul, o movimento negro brasileiro também foi fortemente reprimido em razão de um sistema opressor, que pretendia passar a imagem de ideal. Após o golpe de 1964, a Ditadura buscava se legitimar através do medo e do controle de todos os aspectos da vida da população, assim, a Doutrina de Segurança Nacional foi criada, visando definir os inimigos do Estado, que poderiam ruir a fachada democrática do regime.⁶ Dentro dessa lógica, qualquer grupo que não fosse diretamente contra o regime militar, mas contra essa ideologia de união, era também considerado um inimigo do Estado e isto encaixava o movimento negro nessa chave.⁷

METODOLOGIA:

A fim de mapear a presença do levante de Soweto na imprensa brasileira, em específico nos jornais *O Estado de São Paulo* e *Folha de São Paulo*, utilizei os arquivos digitais de ambos os veículos para ter acesso às edições publicadas entre junho de 1976 e fevereiro de 1977; período entre as primeiras manifestações e o fim dos movimentos. Os dados do levantamento foram condensados em um banco de dados, posteriormente transformado

⁴ NDLOVU, Sifiso Mxolisi. The Soweto Uprising: Part 1: Soweto. In: ROAD to Democracy in South Africa. South Africa: Struik Pub, 2007. v. 2, cap. 7. p. 338.

⁵ NDLOVU, Sifiso Mxolisi. The Soweto Uprising: Part 1: Soweto. In: ROAD to Democracy in South Africa. South Africa: Struik Pub, 2007. v. 2, cap. 7. p. 345.

⁶ RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p.27.

⁷ KOSSLING, Karin Sant' Anna. As lutas anti-racistas de afro-descendentes sob vigilância no DEOPS/SP (1964-1983). Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, Departamento de História, 2007. p. 41.

em uma longa tabela, que aponta títulos de manchetes, páginas de publicação, data, autor e tema principal de cada notícia.

Em seguida, procurei cruzar semelhanças e disparidades entre os três veículos de comunicação e utilizá-los para identificar e mapear discursos que reforcem os distanciamentos dessas mídias com as questões sociais dos levantes e suas aproximações com as ideologias políticas que permeiam a Ditadura Civil-Militar brasileira e o *apartheid*, em torno de um ideal de neutralização de tensões raciais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

A ideologia da democracia racial passou a ser fundamental para manter essas tensões raciais afastadas e, com isso, a propaganda do Brasil passou a representar um país diverso, cordial, festivo e harmônico racialmente.⁸ Gilberto Freyre, principal teórico da democracia racial no caso brasileiro, pensa em sua obra *Casa Grande e Senzala*, como a formação da família brasileira, a economia e a política patriarcais influenciaram na criação do (povo) brasileiro. Para isso, o sociólogo explora o papel da mestiçagem na formação da população que compõe o Brasil da década de 1930, expandindo a ideia da contribuição das raças nesse processo. Assim, para ele, o mulato seria o ápice da confluência dos pontos positivos do branco e o racializado; criando-se desse modo, um indivíduo cordial.

Essa cordialidade, no entanto, não deve ser confundida com passividade ou mera gentileza. Freyre explica que essa característica deriva do paternalismo brasileiro, o que designa uma habilidade social de controlar as emoções, sendo rígido quando preciso e dócil quando permitido ou estratégico.⁹ Desse modo, pela eliminação ou equilíbrio dos conflitos raciais, o sociólogo nega a existência do racismo - ou a limita a episódios e casos isolados.

Apesar de *Casa Grande e Senzala* ter sido publicado no início da década de 1930, a obra, que se perpetuou nos debates sobre raça e o ideário da democracia racial, acabou se tornando um dos pilares da Ditadura Civil-Militar (1964 a 1985). Para o regime, era importante que o nacionalismo fosse exercitado e que os brasileiros se sentissem parte de uma unidade, manifestada na nação e no slogan “Brasil, ame-o ou deixe-o”. Desse modo, a democracia racial deveria permear a ideologia ditatorial, ao passo que o regime se sustentava sob uma fachada democrática, igualitária e pacífica. Portanto, o racismo não poderia existir, uma vez que representa um conflito racial.

O regime da Ditadura Civil-Militar promoveu uma política de sufocamento dos movimentos sociais - incluindo os movimentos negros - a fim de garantir a segurança e unidade nacionais, tão importantes para o governo. Nesse sentido, questões sobre raça atrapalhariam a concepção de ser brasileiro antes de tudo e, além disso, gerariam tensões internas, que, segundo os governantes, deveriam ser neutralizadas. A ideia de um país unificado e pacifista deveria se sobressair, dessa maneira, nesse

⁸ KOSSLING, Karin Sant' Anna. As lutas anti-racistas de afro-descendentes sob vigilância no DEOPS/SP (1964-1983). Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, Departamento de História, 2007. p. 79.

⁹ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. São Paulo: Atual, 2002. p.644.

momento, o Massacre - e outros movimentos - de Soweto era a oportunidade ideal para vender essa imagem de um Brasil democrático racialmente.

Dessa maneira, é esperado que a mídia - ao menos a que circula entre os grupos sociais menos afetados por essa questão - perpetue esses ideais em suas manchetes. É seguindo essa política que diversas notícias do *Folha de São Paulo* mencionam Soweto como uma rebelião, dando conotação desorganizada aos movimentos e, de certo modo, conferindo certa razão ao governo sul-africano. Por outro lado, também usam o termo “violência racial” com constância, sem considerar que o regime de *apartheid* em si, é, também, uma violência racial e sistêmica.

Por conseguinte, é possível também ver que ainda que os impressos façam críticas ao modelo sul-africano, a desaprovação se limita a como esses conflitos prejudicam a imagem do regime, sem considerar os impactos sociais da violência do Estado de *apartheid* - mesma complacência que ocorre no Brasil, com as perseguições políticas.

Uma matéria de 23 de junho de 1976, pouco mais de uma semana após a eclosão dos protestos, aponta uma intervenção do governo estadunidense nas questões sul-africanas, similar a essas ações aqui no Brasil. Ademais, a agência de inteligência do país financia a polícia de Pretória contra o que Paulo Francis, autor da notícia, chama de “movimentos guerrilheiros negros”.¹⁰ Com essa frase do jornalista podemos ver paralelos similares ao modo como os movimentos de resistência brasileiros também eram tratados pela mídia, polícia e governo e os militantes de Soweto.

Assim como na África do Sul, o movimento negro brasileiro também foi fortemente reprimido em razão de um sistema opressor que pretendia passar a imagem de ideal. Após o golpe de 1964, a Ditadura buscava se legitimar através do medo e do controle de todos os aspectos da vida da população, assim, a Doutrina de Segurança Nacional foi criada, visando definir os inimigos do Estado, que poderiam ruir a fachada democrática do regime.¹¹ Dentro dessa lógica, qualquer grupo que não fosse diretamente contra o regime militar, mas contra essa ideologia de união, era também considerado um inimigo do Estado e isto encaixava o movimento negro nessa chave.¹² Desse modo, agentes militares acompanhavam de perto militantes e reuniões de grupos negros para garantir que ideias tidas como subversivas, que reconheciam a existência do racismo e conflitos raciais, fossem suprimidas.

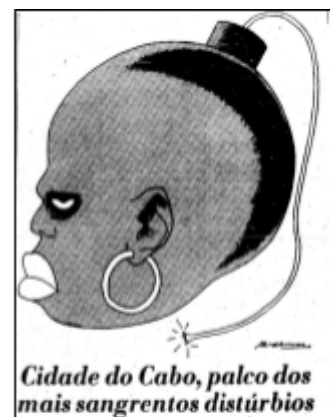


Figura 1 - Charge racista encontrada no jornal *O Estado de São Paulo* - fonte: <https://acervo.estadao.com.br/procurar/#!/soweto/Acervo/acervo>

¹⁰ FRANCIS, Paulo. A conexão sul-africana. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 23 jun. 1976. 1, p. 10. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 11 jun. 2024.

¹¹ RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p.27.

¹² KOSSLING, Karin Sant' Anna. *As lutas anti-racistas de afro-descendentes sob vigilância no DEOPS/SP (1964-1983)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, Departamento de História, 2007. p. 41.

CONCLUSÕES:

Ainda que não diretamente ligado aos Levantes de Soweto, é possível ver esforços do governo da Ditadura Civil-Militar em sufocar os Movimentos Negros brasileiros e fomentar o ideal de um país estável racialmente. A Doutrina de Segurança Nacional, proposta já no início do regime, foi fundamental nesse processo. O golpe de 1964 teve um grande papel em desarticular grande parte das lutas que visavam combater o racismo no Brasil. Como apontado por Domingues: “Seus militantes eram estigmatizados e acusados pelos militares de criar um problema que supostamente não existia, o racismo no Brasil.”¹³ Nesse sentido, as lideranças negras foram postas em uma semi clandestinidade e marginalizadas ainda mais, por ambos os lados.

A imprensa, dentro de sua posição de difusora de informações, ajudou na propagação dessa imagem. A comparação inerentemente feita entre ambos os países e suas questões raciais, aliada à política de omissão por parte do governo coloca o Brasil como um lugar pacífico em relação a suas questões de raça, em oposição a uma África do Sul violenta e racista. Dessa maneira, constrói-se uma narrativa que ajuda a apagar questões raciais brasileiras durante o período ditatorial.

BIBLIOGRAFIA

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Revista Tempo*, p. 100-122, 1 mar. 2007.

FRANCIS, Paulo. A conexão sul-africana. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 23 jun. 1976. 1, p. 10.

Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 11 jun. 2024.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. São Paulo: Atual, 2002.

GILIOME, Hermann. The Making of the Apartheid Plan, 1929–1948. *Journal of Southern African Studies*, v. 29, n. 2, p. 373-392, 2003.

KOSSLING, Karin Sant' Anna. As lutas anti-racistas de afro-descendentes sob vigilância no DEOPS/SP (1964-1983). Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, Departamento de História, 2007.

NDLOVU, Sifiso Mxolisi. The Soweto Uprising: Part 1: Soweto. In: *ROAD to Democracy in South Africa*. South Africa: Struik Pub, 2007. v. 2, cap. 7.

RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: REIS, Daniel Aarão;

RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

ROSS, Robert. *A Concise History of South Africa*. Cambridge: Cambridge Press, 1999.

¹³ DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Revista Tempo*, p. 100-122, 1 mar. 2007. p. 111.